



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

**CONCORRÊNCIA PGE-RJ nº. 01/2023 (REPUBLICADO)**

**ANEXO XV**

**DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO, PELAS  
EMPRESAS CONTRATADAS PELA  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL,  
DAS PRÁTICAS DE COMBATE E  
PREVENÇÃO À PROLIFERAÇÃO DO  
MOSQUITO Aedes Aegypti  
ESTIPULADAS PELA CAMPANHA “DEZ  
MINUTOS CONTRA A DENGUE.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM EXERCÍCIO**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, E-17/002469/2011,

**CONSIDERANDO:**

- que a saúde é direito de todos e dever do Estado, na forma do art. 196 da Constituição de 1988;
- que, de acordo com o art. 200, II, da Constituição de 1988, compete ao Sistema Único de Saúde executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica;
- que ao Estado compete, em concorrência com os demais entes federativos, cuidar, proteger e defender a saúde (art. 23, II c/c art. 24, XII, ambos da Constituição de 1988);
- o que dispõe a Lei Federal nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, especialmente seu art. 11;
- o que dispõe a Lei Federal nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, especificamente em seu art. 87;
- o que dispõe a Lei Estadual nº 5.208, de 14 de março de 2008, especificamente seu art. 8º;
- o teor do art. 43 da Lei Estadual nº 5.427, de 01º de abril de 2009;
- que a dengue é uma moléstia que trouxe nos últimos anos sérias



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

---

consequências danosas à população do Estado;  
que existem condições de vulnerabilidade que poderão implicar uma nova epidemia em 2012;

- que o transmissor da dengue, o mosquito *aedes aegypti*, se prolifera em áreas urbanas, sendo frequente a existência de focos do inseto em canteiros de obras; e
- 
- que os aludidos canteiros reúnem uma grande concentração de contingente humano e elevado acúmulo de água, transformando-se, assim, num ambiente potencialmente infestado pelos vetores da dengue.

### DECRETA:

**Art. 1º** - As empresas contratadas pela Administração Pública Estadual, ao realizar obras públicas, ficam obrigadas a adotar os seguintes procedimentos de prevenção e combate à proliferação do mosquito *aedes aegypti*:

**I** - zelar para que o canteiro de obras mantenha condições adequadas de higiene e salubridade, evitando o aparecimento de focos do mosquito *aedes aegypti*, de modo a se preservar a saúde pública e a de seus funcionários;

**II** - inspecionar periodicamente, em prazo não superior a 07 (sete) dias corridos, locais usados para o armazenamento de água, tais como caixas d'água e tonéis, verificando a presença ou não de focos do mosquito;

**III** - evitar que esses recipientes de armazenamento de água fiquem expostos ao mosquito, devendo permanecer vedados quando não utilizados;

**Art. 3º** - As instalações dos canteiros de obras deverão ter mensagens, placas e sinais alusivas à prevenção, controle e combate da dengue.

**Art. 4º** - A Secretaria de Estado de Saúde, por meio de equipes da Subsecretaria de Vigilância em Saúde, farão a fiscalização dos canteiros de obras quanto às obrigações estipuladas neste Decreto, confeccionando auto de fiscalização circunstanciado que será entregue à Secretaria de Estado de Obras.

**§1º** - No desempenho dessa atividade fiscalizatória, a equipe da Subsecretaria de Vigilância Sanitária poderá tomar todas as medidas necessárias à investigação sobre a existência de possíveis criadouros e focos do mosquito, além de averiguar o cumprimento das obrigações constantes deste Decreto pela respectiva empresa contratada.

**§2º** - O auto em questão será lavrado pela autoridade responsável e firmado por, no mínimo, dois servidores, além de também o sê-lo pelo representante da empresa



## **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

---

contratada junto ao canteiro de obras. Caso este último se recuse a assinar o auto de fiscalização, tal circunstância deverá ser consignada no mesmo.

**§3º** - O auto de fiscalização mencionado no caput deste art. classificará as infrações às disposições deste Decreto de acordo com estipulado na Lei Federal nº 8.666/1993, especificamente em seu art. 87, bem como o previsto na Lei Estadual nº 5.208/2008, em seu art. 8º.

**Art. 5º** - As empresas contratadas para executar obras públicas e serviços de engenharia no Estado do Rio de Janeiro se comprometem, como exigência para que seja efetuado o pagamento de cada medição, a assinar uma Declaração, nos termos do Anexo deste Decreto, de que cumpriram todos os requisitos exigidos no presente Decreto.

**Art. 6º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2011.

**PAULO MELO**  
Governador em Exercício



---

## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

---

### ANEXO AO DECRETO Nº 43.265 DE OUTUBRO DE 2011

#### DECLARAÇÃO

Declaro, junto à \_\_\_\_\_ (órgão licitante), para efeitos do pagamento da medição nº

\_\_\_\_\_, referente ao Contrato nº \_\_\_\_\_, proveniente da licitação nº \_\_\_\_\_, nos termos da Lei nº 5.208/2008, do Decreto nº 43.265/2011 e da legislação sanitária vigente, que foram observados os parâmetros fixados nos referidos diplomas normativos, especialmente no tocante a profilaxia adotada no canteiro de obras contra os vetores da dengue.

Rio de Janeiro,                      de                      de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Diretor/Sócio/da empresa/Responsável legal)